



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
2ª Vara Federal de Florianópolis

Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4810, 3º andar - Bairro: Agronômica - CEP: 88025-255 - Fone: (48)3251-2526 - <https://portal.jfsc.jus.br/> - Email: scflp02@jfsc.jus.br

PROCEDIMENTO COMUM Nº 5036515-93.2021.4.04.7200/SC

AUTOR: RAFAEL ZATARIAN PEDERNEIRAS

RÉU: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

SENTENÇA

I- RELATÓRIO

Vistos, etc. RAFAEL ZATARIAN PEDERNEIRAS propôs demanda em face de UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO colimando, em síntese, *verbis*:

a) A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita ao autor (declaração de rendimentos anexo);

b) A concessão da tutela cautelar de urgência, sendo determinado a União Federal que junte aos autos a ata e demais documentos elaborados na reunião 56ª (ainda que tenha outra numeração) do ACE, realizada na data aproximada de 08/03/1996, cujo objeto seja o Transporte do OVNI para os EUA, bem como seja determinado a juntada aos autos da ordem de serviço nº 001 – Chefia da Esa/Tres Corações/MG, 23/01/1996, cuja objeto tenha sido o Traslado das Entidades Biológica não identificadas para Campinas;

c) A concessão da tutela antecipada, sendo determinado a União Federal que desclassifique e torne público imediatamente a ata e demais documentos elaborados na reunião 56ª (ainda que tenha outra numeração) do ACE, realizada na data aproximada de 08/03/1996, cujo objeto seja o Transporte do OVNI para os EUA, bem como seja determinado a desclassificação da ordem de serviço nº 001 – Chefia da Esa/Tres Corações/MG, 23/01/1996, cuja objeto tenha sido o Traslado das Entidades biológicas não identificadas para Campinas;

f) a confirmação da tutela antecipada e cautelar, bem como a procedência dos pedidos, sendo determinado em definitivo a União Federal que desclassifique e torne público imediatamente a ata e demais documentos elaborados na reunião 56ª (ainda que tenha outra numeração) do ACE, realizada na data aproximada de 08/03/1996, cujo objeto seja o Transporte do OVNI para os EUA, bem como seja determinado a desclassificação da ordem de serviço nº 001 – Chefia da Esa/Tres Corações/MG, 23/01/1996, cuja objeto tenha sido o Traslado das Entidades biológicas não identificadas para Campinas;

Nos dizeres da inicial, "A presente ação não se trata de uma aventura, muito menos tem por intenção expor o Judiciário ao ridículo. Ela tratará sobre um caso mais famosos da ufologia mundial, conhecido como caso Et de Varginha. Para o conhecimento de V. Exª e do nobre defensor da União, o autor está sendo assessorado por um dos maiores ufólogos do Brasil e um dos maiores pesquisadores do caso Varginha, o Sr. Edison Boaventura. Segundo este pesquisador, o caso Varginha teve mais de 100 (cem) testemunhas, incluindo militares do exército brasileiro e funcionários da UNICAMP. Sendo que, um dos militares (Marco Eli Chereze) que capturou um dos Seres Extraterrestres, faleceu alguns dias depois, em razão de uma substância tóxica desconhecida. Segue um link com um vídeo sobre o caso <https://www.youtube.com/watch?v=jayQCaEUeOY>. Existe sim um forte acobertamento de captura de OVNI e seres extraterrestres, desde 1947, quando ocorreu o também famoso Caso Roswell (queda de um ovni com tripulantes no novo México/EUA). Ora, se é tudo mentira, porque o Exército brasileiro não desclassifica a Famigerada Ata da RACE realizada em 08/03/1996 ? o que tem de tão misterioso nessa ata ?". Aduziu fundamentos jurídicos e acostou documentos.

Indeferido o pedido de tutela de urgência e deferido AJG (Ev4).

Juntado documento pelo autor (Ev7).

A parte autora requereu a emenda da inicial para incluir o seguinte relato nos fatos (Ev8):

Nas primeiras horas do dia 20 de janeiro de 1996, um OVNI caiu na cidade de Varginha/MG. Poucos minutos depois, helicópteros e caminhões com tropas do Exército Brasileiro chegaram ao local da queda. Por volta das 10:30h do mesmo dia 20, uma equipe do exército liderada pelo Capitão Ramires se dirigiu ao Jardim Andere e capturou duas criaturas extraterrestres, sendo posteriormente levadas ao hospital humanitas. Por volta das 20:00h do mesmo dia 20, os soldados da PM/MG Eric Lopes e Marco Eli Chereze capturaram outra criatura extraterrestre próxima ao jardim andere, sendo posteriormente levadas ao hospital humanitas. No dia 23 de janeiro de 1996, as criaturas extraterrestres foram levadas para Campinas/SP por uma equipe do Exército liderada pelo Tenente Tibério. Chegando em Campinas, foram levadas para a Unicamp, onde foram examinadas ou autopsiadas pela equipe médica liderada pelo dr. Badan Palhares. Posteriormente, o OVNI/NAVE e duas criaturas extraterrestres foram levadas para área 51 dos EUA. A criatura que ficou no Brasil foi levada para a base de segurança máxima da Marinha, localizada em Iperó/SP.

Parte autora acostou documentos (Ev10).

União contestou (Ev11).



Houve réplica (Ev14).

Instadas as partes acerca das provas que pretendem produzir, a parte autora requereu a produção de prova documental e testemunhal (Ev19), o que foi impugnado pela União (Ev22).

Recebida emenda inicial apenas no que toca ao documento do evento 7 e rejeitados os pedidos de provas do autor (Ev24).

Intimadas as partes para a apresentação das alegações finais, a União reiterou os fundamentos apresentados na contestação (Ev30), enquanto que a parte autora informou que ingressou com uma nova ação, requerendo a reunião da presente com aquela para serem julgadas em conjunto (Ev27).

Parte autora requereu a desistência do feito (Ev31).

Intimada para se manifestar sobre o pedido retro, a União não se opôs (Ev38).

II- FUNDAMENTOS

Trata-se de direito disponível, sendo possível ao autor desistir da demanda a qualquer tempo até a apresentação de contestação pela parte ré e, após tal momento até a sentença, mediante a concordância da parte ré, nos moldes do art. 485, VIII, §4º e §5º do CPC

A princípio, nos termos do art. 90 do CPC, a parte que requereu a desistência deve arcar com os honorários advocatícios. Contudo, em face do princípio da causalidade, que é previsto no art. 85, §10, do CPC, quem deu causa à ação é o responsável pelo seu pagamento. No caso em questão, a parte autora deu causa à lide, tendo havido a atuação do causídico da parte ré, o que enseja o arbitramento dos honorários advocatícios.

III- DISPOSITIVO

Ante o exposto: 01. HOMOLOGO o pedido de desistência e julgo o processo extinto sem resolução do mérito, nos termos dos art. 485, VIII, do CPC. **02.** Condeno o autor, nos termos da fundamentação, ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, atualizado pelo IPCA-E até a data do seu pagamento. Suspendo a exigibilidade em face da AJG deferida. **03.** Sem reexame. Interposta apelação, colham-se contrarrazões e remetam-se os autos ao E. TRF4. **04.** Transitada em julgado, arquivem-se os autos. **05.** P.I.

Documento eletrônico assinado por **ALCIDES VETTORAZZI, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **720008713661v6** e do código CRC **3b5eec9e**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ALCIDES VETTORAZZI
Data e Hora: 30/6/2022, às 18:45:12

5036515-93.2021.4.04.7200

720008713661.V6